



Ministério do
**Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior**

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

PÁTRIA EDUCADORA

MDIC

PRIORIDADES 2015 – 2018

Audiência pública

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e
Comércio (CDEIC)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN)

Câmara dos Deputados

6 de maio de 2015

Reequilíbrio macroeconômico: recuperação da confiança, manutenção do grau de investimento e retomada do crescimento em bases sustentáveis.

- Ajuste fiscal e parafiscal
- Realinhamento de preços administrados
- Realinhamento cambial
- Melhoria da balança comercial
- Redução do déficit de conta-corrente

Vetores do novo ciclo de crescimento

(no contexto do reequilíbrio macroeconômico):

- Investimento
- Exportação
- Produtividade

Ações MDIC relacionadas a políticas:

1. de comércio exterior;
2. industrial;
3. de inovação;
4. de melhoria do ambiente institucional de operação das empresas.

1. PLANO NACIONAL DE EXPORTAÇÕES

Foco:

- ampliação, diversificação e agregação de valor das exportações brasileiras;
- estreita coordenação com o setor privado, a partir de uma visão integradora das diversas regiões do País.

1. PLANO NACIONAL DE EXPORTAÇÕES

Diretrizes:

- previsibilidade, transparência e eficiência;
- orientação para todos os setores econômicos e categorias produtivas, incluindo produtos básicos e manufaturados;
- estímulo ao setor de serviços no comércio exterior, assim como o movimento de internacionalização das empresas brasileiras;
- fortalecimento do papel desempenhado pelas pequenas e médias empresas, assim como pelas empresas comerciais exportadoras (*trading companies*);
- reconhecimento da relevância das importações à luz das cadeias de valor e da necessidade de acesso a insumos estratégicos.

1. PLANO NACIONAL DE EXPORTAÇÕES

Pilares:

- Agenda proativa de acesso a mercados
- Financiamento e garantias às exportações
- Facilitação de comércio
- Promoção comercial
- Aperfeiçoamento de mecanismos e regimes tributários para o apoio às exportações

1. PLANO NACIONAL DE EXPORTAÇÕES

Pilar 1 – **Agenda proativa de acesso a mercados:**

- agenda sistemática de reuniões bilaterais com parceiros estratégicos;
- negociações comerciais com parceiros tradicionais e emergentes;
- ampliação da rede brasileira de Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI);
- identificação e superação de barreiras às exportações;
- apoio à internacionalização de empresas brasileiras.

- Iniciativas em implementação -

- Visita aos EUA – *Department of Commerce (DOC)*
- Acordo de facilitação de comércio (Brasil – EUA)
- Rodadas do Diálogo Comercial com foco na convergência regulatória (Brasil – EUA)
- Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) – Angola e Moçambique
- Prorrogação do Acordo Automotivo do México
- Agendas bilaterais (Peru e China)

1. PLANO NACIONAL DE EXPORTAÇÕES

Pilar 2 – **Financiamentos e garantias às exportações:**

- maior acesso às linhas de financiamento, em especial para pequenas e médias empresas;
- operacionalização e ampliação dos mecanismos de garantia, inclusive na cobertura do risco-país em economias não desenvolvidas;
- maior celeridade e alavancagem no processo de análise e concessão de recursos;
- mecanismos privados de crédito e atuação de bancos privados;
- fortalecimento do PROEX-Equalização e do PROEX-Financiamento, conferindo maior previsibilidade, evitando descontinuidades no Programa e viabilizando condições equivalentes às praticadas no mercado internacional.

1. PLANO NACIONAL DE EXPORTAÇÕES

Pilar 3 – **Facilitação de comércio:**

- Portal Único do Comércio Exterior;
- Acordo de Facilitação de Comércio da OMC;
- transparência e acesso às normas de comércio exterior.

- **Iniciativa em implementação -**

Portal Único do Comércio Exterior:

- 1ª etapa (abril/2014): Visão Integrada do Comércio Exterior – monitoramento das operações de exportação e importação e painel de controle das informações até então dispersas.
- 2ª etapa (fevereiro/2015): módulo 'Anexação de Documentos Digitalizados' nos processos da SECEX e da Receita Federal – eliminação progressiva do uso de papel.
- Próximas etapas: [2015] demais órgãos intervenientes adotarão a anexação eletrônica; [2016] conclusão do sistema para processos de exportação; [2017] conclusão do sistema para processos de importação.

1. PLANO NACIONAL DE EXPORTAÇÕES

Pilar 4 – **Promoção comercial:**

- missões comerciais a mercados prioritários – incluindo missões de promoção de negócios e missões institucionais;
- fortalecimento da “Imagem Brasil”;
- aprimoramento das ferramentas de inteligência e de promoção comercial.

- **Iniciativas em implementação** –

- **Apex-Brasil:** no 1º trimestre de 2015, foram realizados 194 eventos em 26 diferentes mercados, dos quais 90% focaram na promoção comercial.

1. PLANO NACIONAL DE EXPORTAÇÕES

Pilar 5 – **Aperfeiçoamento de mecanismos e regimes tributários para o apoio às exportações:**

- aprimoramento da operacionalização do REINTEGRA;
- simplificação, modernização e intensificação do regime de drawback (aprimoramentos serão discutidos em grupo de trabalho interministerial SECEX / RFB, que aguarda constituição);
- aperfeiçoamento do marco legal do regime de Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs).

- Iniciativas já implementadas -

- manutenção e previsibilidade do REINTEGRA – com definição das alíquotas para os próximos anos;
- Instrução Normativa 1.559/2015 (RFB) – melhorias na condição de acesso ao Regime Aduaneiro de Entrepasto Industrial sob Controle Informatizado (RECOF).

2. POLÍTICA INDUSTRIAL

NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL

Foco: crescimento da produtividade e competitividade.

Diretrizes:

- redução de custos sistêmicos (tributação, infraestrutura, custo de capital, relações de trabalho, ambiente de negócios);
- minimização dos custos de produção (energia e insumos básicos);
- inovação.

- Articulação entre as **políticas industrial**, de **inovação** e de **comércio exterior**.
- Espaço para adoção de **políticas setoriais** voltadas para as bases da cadeia produtiva.
- Investimentos em **concessões na área de infraestrutura** como oportunidade para o setor industrial.

3. POLÍTICA DE INOVAÇÃO

- Revisão do marco regulatório da inovação – extensão dos benefícios da Lei do Bem para pequenas e médias empresas.
- Acesso de pequenas e médias empresas a financiamentos para inovação.

- Iniciativas em implementação –

- Marco legal da biodiversidade (*aguardando sanção presidencial*);
- Programa InovAtiva Brasil.

4. MELHORIA DO AMBIENTE INSTITUCIONAL DE OPERAÇÃO

Agenda – em cooperação com outros Ministérios – de **simplificação** e **desburocratização** de:

- processo de abertura de empresas e obtenção de licenças para funcionamento;
- normas trabalhistas;
- procedimentos e custos para pagamento de impostos;
- processos ligados aos comércio exterior.

- Tema também em discussão no âmbito do CNDI.

Ministério do
**Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior**



Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

